



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DE PESSOAS - CEGesP

ATA DE REUNIÃO N.º 6

1. Identificação da Reunião

Data	Horário		Local	Coordenador
	Início	Término		
29/05/2019	13h	16h	SGP	MARIA TERESA FARACHE PORTO

2. Objetivo

- 1 - Apresentação do levantamento dos processos que tramitaram no PAE;
- 2 - Repasse das decisões do COGEO;
- 3 - Portal da transparência;
- 4 - Plano de Ação;
- 5 - Acompanhamento dos projetos da SGP(Trello) e pendências.

3. Participantes

Nome	Lotação	Assinatura
Célya Lopes Santos	COBEP	
Helena de Araújo Jales Costa Padilha	COPES	
Maria Teresa Farache Porto	SGP	
Suellen Soares R. Amorim de A. Barreto	CODES	

4. Discussão da Pauta

Nº	Decisão/Diretrizes/Registros	Responsável	Deliberação
1	<u>Apresentação do levantamento do trâmite dos processos do PAE em 2018 e 2019</u> <ul style="list-style-type: none">• Apresentada a planilha de acompanhamento dos processos que tramitaram no âmbito da SGP, demonstrando a redução no quantitativo, devido às diretrizes e normas adotadas desde 2018.• Também foi apresentada planilha para mensuração das metas do GAPSGP, a fim de que possam ser adotadas pelas unidades, devendo cada coordenadoria viabilizar junto às suas respectivas unidades, com as adaptações que acharem necessárias.	Teresa	Todos
2	<u>Repasse das decisões do COGEO</u> <ul style="list-style-type: none">• Repassadas todas as informações decorrentes do COGEO, em virtude da participação da Secretária	Teresa	Todos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DE PESSOAS - CEGesP

Nº	Decisão/Diretrizes/Registros	Responsável	Deliberação
	de Administração e Orçamento deste Tribunal na Reunião dos secretários de Administração e Orçamento do TSE (resumo no documento anexo). <ul style="list-style-type: none">Determinado pelo TSE que as unidades que executam orçamento deverão considerar o dia 19.12 como data final de exercício.		
3	<u>Portal da transparência</u> <ul style="list-style-type: none">Demonstrado os campos relativos à transparência sob a responsabilidade de cada coordenadoria e respectivas unidades para o devido atendimento (alimentação)	Teresa	Todos
4	<u>Plano de Ação</u> <ul style="list-style-type: none">Dado enfoque para que as coordenadorias acompanhem efetivamente a execução dos seus projetos/ações constantes do Plano de Ação da SGP 2019	Teresa	Todos
5	<u>Acompanhamento dos projetos da SGP(Trello) e pendências</u> <ul style="list-style-type: none">Apresentada a forma como devem ser acompanhadas as ações/projetos das unidades no Trello e a planilha disponibilizada no Google drive com as pendências existentes.	Devânia	Todos

5. Pendências Identificadas

Nº	Pendências	Responsável	Data limite
01	Entrar em contato com o TRE/SC para verificar como é feita elaboração prévia da folha de pagamento, visando o final de exercício em 19.12.	Celya	08.07
02	Verificar junto ao TRE do MS e SC como procederam em relação à execução do orçamento até o dia 19.12.	Coordenadorias	08.07
03	Incluir na planilha do portal da transparência os endereços dos dados alimentados por cada unidade responsável.	Coordenadorias	08.07

6. Fechamento da Ata

Data	Nome do relator	Assinatura
29.05.2019	Devânia Araújo de Figueiredo Varella	

REUNIÃO DOS SECRETÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO NO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Data: 22/05/2019

Local: auditório 3 do TSE

Pauta:

- Cenário fiscal para 2020
- Orçamento Ordinário 2020
- Orçamento de Pleitos 2020
- Encerramento do exercício financeiro
- Banco de horas dos servidores
- Obras
- Compartilhamento de boas práticas

Cenário fiscal para 2020

Com o novo Regime fiscal em 2020 não teremos compensações do governo federal. Ou seja, a Justiça Eleitoral terá a menos 105 milhões do seu orçamento, acrescido de 80 milhões para pagamento de magistrados. A Justiça do Trabalho terá 1 bilhão e 400 milhões a menos no seu orçamento.

A preocupação do TSE é que se não executarmos bem o orçamento da Justiça Eleitoral haja diminuição de orçamento dos anos vindouros, pois já consta da LDO a possibilidade de remanejamento de orçamento entre os órgãos do Poder Judiciário. E a Justiça do Trabalho tem demonstrado a necessidade de mais orçamento.

A orientação do TSE é que os Tribunais não gerem mais despesas continuadas.

Rui informou que participou de reunião do CNJ, representando o DG do TSE, com os Diretores Gerais dos Tribunais Superiores e ficou incumbido da responsabilidade de encaminhar ao STF e CNJ estudo para que a parcela de compensação seja incorporada no PJ. Há possibilidade legal que isso venha acontecer, mas depende de vontade política.

Orçamento Ordinário de 2020

Inicialmente havia indicado que somente seria liberado o orçamento equivalente a 90% do aprovado na LOA 2019.

Com o aumento da inflação, o TSE disponibilizou mais recursos para os Regionais. O TRE-RN recebeu R\$ 1.791.881,00 e assim terá o mesmo orçamento de 2019 em 2020.

Obras: somente as que estão em andamento receberão dotação orçamentária. Está vedado pelo TSE a iniciação de obra nova e as reformas prediais devem

constar do Plano de Obras para que sejam analisadas pela SOF a liberação de orçamento.

Concurso público: o tribunal que desejar realizar concurso público deverá oferecer dotação própria do seu custeio para essa despesa, dentro do limite de gastos do TER.

Provimento de cargos: Está em vigor portaria com quantidade de vagas possíveis de serem providas por Regional. Para que haja provimento de cargos de novos servidores, além dos autorizados, deverá haver corte em despesa discricionária e alocação de recursos em obrigatória. Os tribunais devem pensar em novas formas de atender ao eleitor (foi citada como boa prática a experiência do Tocantins). Em 2020 permanecerá a vedação para novos provimentos.

Informações gerais:

TRE-MA - maior aderência – Orçamento 2018

AP - executou 100% do orçamento

Eduardo ressaltou que o planejamento desses tribunais foi muito bem feito. Disse que temos que considerar que tudo é estratégico na execução do orçamento, citando como exemplo até o pagamento de água.

Não colocar em expedientes o que ficou acordado com o SOF e o COPOR. Aposentadorias têm que ser publicadas no DOU. Cumprimento de prazos do TSE com informações de pessoas – SGP.

Não há previsão de reajuste de benefícios: auxílio-alimentação e PCAS, dentre outros.

Oferta de valores dos Regionais de benefícios para atender a decisões judiciais (TRE-BA - vale-transporte)

Banco do horas: Rui falou exaustivamente sobre o crescimento do banco de horas e carga horária reduzida. Solicitou que os tribunais refletissem sobre essa questão. O TSE está fazendo um trabalho com os chefes de seção para usufruto de horas pelos servidores. Ressaltou que o banco de horas é para um cenário de se precisar de serviço extraordinário. Os Regionais serão impulsionados a adotar o usufruto das horas. Ao final, alertou que o cenário fiscal não permite mais que se crie uma fábrica de passivos e que as decisões autorizativas para realização de serviço extraordinário não pode ser condicionada a pagamento com sobra orçamentária, pois entende que seria um cheque sem fundos e que o TCU está mapeando isso.

Orçamento de Pleitos

O orçamento será de 90% do empenhado para 2018, conforme já anunciado. Somente haverá suplementação de orçamento para questões pontuais, que

poderão ser analisadas em momento oportuno.

Encerramento do Exercício Financeiro

O TSE informou que concluirá suas atividades na SOF em 19/12. Será reorganizado o calendário com o cronograma de atividades, a fim de que o último dia de trabalho do financeiro do TSE se dê no dia 19/12, sem plantão de servidores, inclusive.

Relatou que a medida se deve ao encerramento do exercício passado em que os servidores ficaram muito sobrecarregados com as folhas de pagamento, sujeitos a erros e trabalhando sob pressão, em regime de força-tarefa. O TSE soltará orientações específicas ao longo do ano.

MS e SC já realizam o fechamento de suas atividades financeiras em 19/12.

TRE-MS – realiza o monitoramento dos contratos, para aproveitamento de sobras orçamentárias e efetuam o pagamento das faturas de dezembro em dezembro.

TRE-SC - não realizam mais licitação após 31/8. Dezembro é para finalização do exercício e prazo para entrega de quem não conseguiu entregar até novembro.

O almoxarifado fecha no início de dezembro. As folhas de pagamento obedecem aos prazos do calendário e deixam as folhas de banco de horas pré-prontas para pagamento.

TRE-RS – as folhas de pagamento são pagas até 19/12, obedecendo ao cronograma estabelecido entre a SGP e SAO.

Há necessidade de reunião com a SGP e COBEP sobre o que pode ser atendido logo, como despesas de exercício anterior e outras que já foram autorizadas. E somente deixar pro final do exercício o pagamento normal da folha. Tratar AQ e outros benefícios com data limite para tramitação e pagamento.

Res.TSE nº 22.901, que trata da prestação de serviço extraordinário, está sendo alterada.

Informar as decisões judiciais e RP, quando o TRE informar ao TSE os dados solicitados.